

S  
UFRJ/IEI  
TD 190

NS 86426

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

A POLÍTICA ECONÔMICA DO AUTORITARISMO\*

María da Conceição Tavares\*\*

Março/1989

Textos para Discussão ; 190

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

A POLÍTICA ECONÔMICA DO AUTORITARISMO\*

Maria da Conceição Tavares\*\*

Março/1989



43 - 000833

- \* ) Conferência pronunciada no Seminário Brasil: O Trânsito da memória, realizada na Universidade de Maryland, em abril de 1988.
- \*\* ) Diretora do IEI-UFRJ  
Prof. Titular da UFRJ e UNICAMP

SD 190

UFRJ/CCJ BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN

DATA: 10/4/1989

Nº DE CHAMADA: Reg. 32041-2

NÚMERO NO SISTEMA:  
CÓDIGO DE BARRAS:

S  
UFRJ/IEI  
TD 190

FICHA CATALOGRÁFICA

Tavares, Maria da Conceição

A política econômica do autoritarismo / Maria da Conceição Tavares. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1989.

15p.; 21cm. (Texto para Discussão. IEI/UFRJ. n.190)

Conferência pronunciada no Seminário "Brasil: o trânsito da memória". Maryland, abr, 1988.

1. Brasil - Política Econômica, 1988. 2. Autoritarismo - Brasil. 3. Crise Econômica - Brasil.  
1. Título. II. Série.

A discussão da política econômica do autoritarismo deveria encerrar-se no ano de 1985, quando ingressamos num período de transição democrática. Infelizmente, a política econômica de 1985, já na vigência da Nova República, continuou autoritária e, em termos de conteúdo, só deu uma virada progressista no período do Plano Cruzado, para depois voltar aos seus aspectos mais conservadores e tradicionais. Assim, poderíamos tranquilamente aplicar tudo o que eu vou dizer sobre o autoritarismo ao que está ocorrendo hoje em dia.

Efetivamente estamos em plena vigência de uma política econômica autoritária. Mas isto é uma mera aparência. O problema central do Estado e da política econômica contemporânea é muito mais grave e transcende o "vício autoritário". O que estamos assistindo no Brasil não é apenas uma crise de regime político, mas uma crise do padrão de desenvolvimento econômico e social iniciado na década de 30. O aspecto político-estrutural mais relevante dessa crise é o da forma de intervenção do Estado e de organização dos particularismos num pacto de dominação que se iniciou em torno de 1937 e teve vigência até o começo da década de 80. A crise do Estado desenvolvimentista balança os fundamentos das crenças dos economistas, de qualquer natureza, quer se digam intervencionistas, quer se digam liberais. O pacto político de dominação que esteve em vigência até a Nova República nunca se estabilizou como pacto da sociedade civil, e requereu, até hoje, uma tutela militar. Esta foi mais ou menos aberta segundo as flutuações de regime e de governo e ainda não está claro se pode retornar ostensivamente. Nem os nossos políticos "liberais" são muito convictos nem se conseguiu até agora estabilizar um novo pacto de dominação.

A política econômica do autoritarismo foi de intensa modernização econômica depois de um conjunto de reformas conservadoras. O Brasil da década de 70 deu um salto gigantesco em matéria produtiva e em matéria de desenvolvimento industrial, mas o padrão de financiamento com endividamento externo mergulhou o país, em particular o setor público, num encilhamento financeiro geral. Trata-se de uma crise financeira do Estado sem precedentes. Sem precedentes na história da República, diga-se de passagem. Acho que desde a transição do Império para a República não

se verifica uma crise financeira tão grave. A própria crise de 30 foi mais branda do que a atual.

Neste padrão de desenvolvimento verificou-se também, em particular no período do autoritarismo, uma expansão gigantesca do mercado em todas as suas formas materiais e ideológicas. Vale dizer, não cresceram apenas o mercado de bens, de serviços e de trabalho, mas também o desejo de inserção no "Mercado" de todos os cidadãos. Só que a palavra cidadão não se aplica rigorosamente em um país como o nosso, onde, se até 60% da população está realmente inserida no mercado, o resto dela está apenas sobrevivendo num mercado de ilusões ou de desilusões. Isto é, cerca de 50 milhões de pessoas são apenas marginalmente consumidores e, em todo caso, não são, a quase nenhum título, cidadãos.

A dificuldade em que me encontro hoje é a mesma da tradição do pensamento reformista ligada à escola latino-americana de pensamento, à qual pertenci. O pensamento reformista dos discípulos de Prebisch e Furtado sempre colocou, às vezes com valentia, às vezes com serenidade, a idéia de transformar o Brasil, de industrializá-lo, de desenvolvê-lo e de aproximá-lo do Primeiro Mundo. No entanto, cinqüenta anos de desenvolvimento econômico não aproximaram o Brasil do Primeiro Mundo, exceto nas ambições e aspirações da classe média e da burguesia associada, e tampouco resolveram os problemas de cerca da metade de sua população.

Antes de vir para este seminário, estava discutindo com meu filho, que tem 22 anos, o fracasso da idéia reformista. Talvez a título de consolo, ele me deu uma explicação plausível. As idéias de reformas não pareciam absurdas na década de 50 quando estávamos discutindo, no caso brasileiro, os problemas de dez milhões de habitantes pobres. Hoje estamos discutindo a pobreza de 80 milhões de habitantes, o que efetivamente, dada a escala do problema, talvez represente o enterro definitivo da idéia de reformismo por modernização. Quando digo enterro definitivo, digo tanto do reformismo conservador, que hoje está inteiramente ultrapassado, quanto da modernização progressista. Os sonhos modernizantes de um Estado autoritário e conservador não levaram sequer o país à autonomia tecnológica e muito menos à incorporação dos pobres. Os sonhos das elites progressistas nunca tiveram apoio em alianças sociais muito vastas, e, do ponto de vista de

sua composição ideológica, nunca passaram de grupos restritos, de liberais progressistas ou intelectuais de esquerda. Também eles não parecem mais próximos de alcançar o poder com um projeto global reformista do que há 24 anos atrás.

### 1. Introdução ao "Autoritarismo"

A tradição centralizadora do Estado no Brasil é muito antiga. Na verdade, ela vem da colônia, e há quem diga que o Estado brasileiro se constituiu antes da nação. Esta formação ter-se-ia dado através de uma burocracia civil e militar que estabeleceu rapidamente os limites do território e determinou que havia ali um país. A própria independência é contada como uma "fala" ou uma fábula e assim tem sido mantida até hoje.

Têm ocorrido espasmos descentralizantes periódicos na tradição do Estado autoritário desde a independência do Brasil. A versão centralizadora do Estado deixou as duas marcas básicas da sociedade brasileira, que são o autoritarismo das elites e a heterogeneidade da sociedade.

A incorporação dos "homens livres" sempre foi limitada, em qualquer período da República. O mesmo não aconteceu porém com a incorporação das elites, que sempre encontraram abrigo no seio ou à sombra do Estado desde a República Velha até os nossos dias. "Fora do Estado não tem salvação", como diria qualquer jovem bacharel ou tecnocrata até a recente crise do Estado brasileiro.

Nos cinqüenta anos do desenvolvimentismo, de 1937 até recentemente, o Estado brasileiro conseguiu algo que agora não consegue mais e que, provavelmente, não conseguirá nas próximas décadas, a saber: incorporar, cooptar e absorver todas as elites emergentes, em particular depois da segunda guerra mundial. Mesmo quando estas elites eram contra-elites e, eventualmente, iam parar na cadeia, como é o meu caso e de alguns aqui presentes, isto não quer dizer que não fomos de certa maneira incorporados. Nós pertencemos aos 5% mais altos da pirâmide de renda pessoal registrada, embora não evidentemente ao 1% que detém praticamente toda a riqueza do país.(1) Não somos, em nenhum sentido moderno, clas-

1) Nem à "pequena burguesia" informal opulenta que não registra nem declara a sua renda e muito menos a sua riqueza. Esses proliferam no Brasil no regime autoritário e constituem hoje a base de apoio político da UDR no campo.

se média. Somos efetivamente uma elite e, obviamente, do ponto de vista ideológico, uma contra-elite. O "contra" quer apenas dizer que não gostamos das elites dominantes e não que não pertençamos ao estrato privilegiado do ponto de vista de renda do trabalho, de status, de capacidade, de educação, de acesso à cultura e aos bens materiais. Nenhuma pessoa aqui presente tem como dizer o contrário.

Este processo amplo de incorporação das elites não liquidou as elites atrasadas e nem permitiu que as elites modernas assumissem um projeto progressista de incorporação popular. Ele se deu combinando o tempo todo a permanência das elites atrasadas e modernas nos distintos espaços de poder: regional, agrário, financeiro, comercial, industrial, político e intelectual. Portanto, a heterogeneidade não é apenas da sociedade de massas, é também das elites. Esta configuração do poder centralizado no Estado, porém sem hegemonia política ou ideológica, nunca permitiu estabilizar um pacto político das elites dominantes que expressem ideologicamente o interesse geral da nação.

Sempre os interesses são contraditórios mesmo no interior das elites, mas entre nós sem que os conflitos possam ser dirimidos por consenso pactuado. E o Estado periodicamente, num espasmo, os aperta entre si e diz: coexistam como puderem, mantenhamos a ordem.

Ordem e progresso é o símbolo da nossa bandeira. Não é em nenhum sentido um paradigma apenas positivista; é em todos os sentidos um paradigma autoritário modernizante. Ordem e progresso. Autoridade e modernidade.

Esta é e tem sido a ideologia de quase todas as elites brasileiras desde 1930. Todos têm alguma idéia de ordem autoritária na cabeça. A desordem é intolerável. O conflito é penoso e inaceitável e todos tinham a idéia de que o Brasil é o país do futuro, um país em franco processo de modernização que chegaria alguma vez, no limiar deste século, a se ombrear com os países do Primeiro Mundo

Se hoje vocês perguntarem ao grosso dos estudantes de 20 anos se eles acreditam nisso, eles dirão que não. Se vocês perguntarem ao grosso do povo brasileiro na rua se eles acreditam nisso, eles também dirão que não. Talvez pela primeira vez nos

últimos 50 anos.

Os jovens têm desesperança quanto ao progresso, o povo tem desespero quanto aos governos. Todos assistem a um processo de desmistificação e transparência dos pecados mortais e veniais do pacto de dominação que manteve este país andando sob forma autoritária. Hoje tudo isto é visível. É a desilusão na "fala" e na "fábula".

Um exemplo marcante da visibilidade e desilusão: ninguém precisa ser economista para saber que a dívida externa não pode ser paga no montante que a contabilidade internacional, de juros altos, declara que nós devemos; no entanto está sendo paga justamente "com a miséria do povo", o contrário do que foi dito por Tancredo Neves no início da transição democrática.

Vamos ver o que aconteceu.

## 2. O resultado da política econômica de autoritarismo

Os fatos são muito simples. O primeiro período do autoritarismo não era um projeto de endividamento externo pesado, era um projeto austero, conservador, de modernização do Estado, que fez uma reforma fiscal interna conseqüente. Apenas, evidentemente, mantinha os privilégios dos segmentos das elites dominantes que lhe cabia proteger, porque para isso tinha ido ao governo. A tecnocracia dominante tinha uma visão conservadora, internacionalista, semi-liberal, mas indiscutivelmente autoritária, com a idéia de que o Estado captasse recursos internos e os externos fossem para complementar a "poupança interna".

Assim, o endividamento externo do primeiro período não foi dramático. Para dizer a verdade nem poderia ser, porque a economia entrou em estagnação e quando a economia brasileira estagna não há entrada de capital estrangeiro. A respeito da ideologia do Professor Roberto Campos, vale registrar uma tardia autocrítica numa entrevista recente à televisão. Ele declarou que a esquerda em uma coisa tem razão: as elites brasileiras são um lixo; o povo é bom. Ele, apesar de ser um homem internacionalizante, fez uma reforma do Estado nacional. Apesar de sua ideologia liberal, fez uma reforma profundamente autoritária, fortemente interventora do Estado na economia.

Quem se aproveitou desta reestruturação do aparelho do Estado foi o governo seguinte. No meu livro O Grande Salto para o Caos, chamo o segundo período de "o despertar dos mágicos". O Ministro Delfim Netto vendeu a ideologia do capitalismo selvagem, desatando uma corrida desenfreada dos interesses particulares no interior do próprio Estado. Ao mesmo tempo, pôs a economia numa marcha batida, aproveitando o último boom internacional de 1968 a 1973, e dando lugar ao conhecido período do milagre. Foi aí que começou o endividamento externo aproveitando a legislação gestada no período Campos.

A onda de liquidez internacional começou com a expansão dos euro-dólares e os banqueiros internacionais aproveitaram para empurrar pela goela dos nossos ávidos empresários e banqueiros nacionais dinheiro a taxas de juros negativas. Este processo de endividamento ocorreu quando ainda não era necessário, em termos globais, porque não estávamos com problemas na Balança de Pagamentos. Trata-se de um processo de endividamento privado ao qual se agregou o choque do petróleo. A conta de juros e a subida de preços internacionais das matérias primas deram lugar a um estouro na Balança de Pagamentos que resultou no endividamento público do período seguinte.

No entanto, ele não teria sido tão acelerado e gigantesco sem a megalomania da "grande potência" do período Geisel. O que freou "o grande salto para a frente" do desenvolvimentismo autoritário foi o estouro das taxas de juros internacionais em 1979 que levou, na década de 80, às políticas de ajuste recessivas e à destruição geral da estrutura financeira do Estado.

A dívida externa, originariamente privada e relativamente pequena, foi sendo progressivamente estatizada e multiplicou-se pela ciranda financeira dos juros externos e internos. Pesa hoje sobre os passivos do Banco Central e do Tesouro Nacional, embora não tenha sido feita inicialmente pelo governo do Brasil, mas sim, com a sua convicência, pelo setor privado.

O estouro da taxa de juros internacionais deu o primeiro sinal de que o modelo Growth-Cun-Debt era um modelo inviável. E nós, depois de termos passado pelo milagre do capitalismo selvagem e tentado dar o grande salto para frente, estamos hoje sem trajetória viável de crescimento.

No pensamento mágico, o futuro estava à mão; aliás, o mercado estava à mão. A convergência entre futuro e mercado é desta época. A idéia de que todos vamos nos tornar um enorme mercado substituiu a idéia de que todos nos tornaríamos uma grande nação. Podia ser mercado interno ou mercado externo, mas a discussão tinha que ser mercado. Todos queriam ter acesso ao mercado, às novas mercadorias, aos novos serviços. Foi uma vitória da ideologia mercantil que se tornou absolutamente dominante neste período. Antes do milagre, você poderia ser pequeno funcionário, autônomo, artesão; não necessariamente tinha que estar no mercado. Agora todos têm que estar no mercado, mesmo se forem artistas, acadêmicos, políticos. A noção de mercado é invasora. Foi imposta, foi posta em vigor como futuro progressista nesta época.

Primeiro veio a modernização conservadora autoritária que foi muito convencional, nada de excepcional. Depois veio o pensamento mágico, o capitalismo selvagem e só depois o projeto da grande potência. O mundo estava em crise, mas nós fomos dar o grande salto para frente.

E demos. Demos um salto, sem dúvida nenhuma. Dobramos a capacidade energética, substituímos petróleo, tentamos fazer a energia nuclear, investimos pesadamente na indústria de insumos, na indústria de bens de capital, modernizamos o aparelho produtivo, construímos um potencial econômico que está aí desde 1980 em desgaste lento. Mas o parque industrial brasileiro ainda é moderno em comparação com o resto dos países da América Latina. Nós somos exportadores competitivos de manufaturas. Vocês podem passar na Madison Avenue e estão lá os sapatos, as roupas e a música. Naturalmente não estamos no nível de industrialização japonês ou coreano, mas também não precisa exagerar. O sonho terminou na década de 80.

O governo do período Figueiredo é um governo extremamente patético, porque vai entrando aos trambolhões pela história; o ex-czar da economia, o ex-Ministro mágico, também entra aos trambolhões. Na verdade, ocorreram flutuações constantes de política econômica entre 80 e 85, mudando praticamente a cada três meses, a cada seis meses, mas ainda não tínhamos chegado ao fundo do poço. A crise financeira do Estado agravou-se continuamente e chegou a tal ponto que as expectativas inflacionárias

derrubam qualquer política econômica ortodoxa ou heterodoxa.

O encilhamento financeiro do Estado começou, por consequência, assim. Quando Geisel termina o governo em 1978, a dívida externa não era tão grande, eram 35 bilhões de dólares. Em 1980, já eram 65 bilhões de dólares, por força do segundo estouro de petróleo e das taxas de juros.

Em fins de 1987 eram cerca de 140 bilhões de dólares. Na década de 80 já pagamos 75 bilhões de serviço da dívida. A situação da dívida externa está liquidando a capacidade de retomar o crescimento da América Latina inteira. O Brasil resistiu mais do que o resto da parte sul do continente porque tem um poder de exportação capitalista mais firme. Houve uma articulação de interesses entre o Estado, o capital transnacional e o grande capital nacional. Este tripé já estava articulado desde o governo de Juscelino. Foi esta articulação que se rompeu a partir da crise de 1983. Daí em diante começou a fuga de capitais, pela primeira vez na história do Brasil desde 1937.

Durante o governo João Goulart, no período da tormenta antes do golpe, não houve fuga de capitais. Em 1983, ainda em plena ditadura militar, com regime forte, houve fuga. E houve fuga porque a situação internacional mudou radicalmente, houve fuga do Brasil, do México, da Argentina, do Chile, como de todo o Terceiro Mundo. Assim como houve exportação de capitais de todo o Terceiro Mundo para os Estados Unidos.

Devo dizer aos senhores americanos aqui presentes que a economia americana está vivendo às custas do resto do mundo. Esta exportação de capitais não se limita aos países desenvolvidos. Nós também estamos dando a nossa "contribuição", o que muito nos desagrada, porque não é propriamente uma idéia ótima transferir poupança e capital de país pobre para país rico.

Para quem achava que o Brasil era um país rico, pode parecer uma boa idéia, o que não é o meu caso. O Brasil tem muitos ricos, mas que seja um país rico, é duvidoso. Naturalmente, acho a situação um tanto esdrúxula.

### 3. A transição democrática

A tentativa de mudar as regras do jogo foi feita em 1985 e 1986. Em 1985 começou o novo governo, com um presidente que caiu lá por engano, um destes azares do destino. Houve uma negociação política complexíssima para sair da ditadura militar pacificamente, uma obra de engenharia delicada. E o autor da obra morreu, que era o Presidente Tancredo Neves. E ocorreu este acidente histórico, de subir ao governo uma figura periférica, em um país periférico, atrasada em um país atrasado, ambígua, problemática, angustiada, débil, atarantada como o país, e, portanto, muito expressiva do país que temos; não é o representante de uma elite forte, moderna e autoritária, do tipo que as elites gostavam de sonhar.

O povão sempre foi apaixonado pela figura de um Presidente da República forte, mesmo que fosse de um regime autoritário. Não é mais esse o caso. Autoritário ainda continua a ser o regime em transição, mas nem o governo nem as elites dominantes se revelaram fortes ou modernas.

Todos os ministros econômicos que passaram pela Nova República fizeram política econômica de forma autoritária, inclusive os meus amigos, embora de conteúdo e significado social distintos. Está-se fazendo política econômica através de decreto-lei sem ouvir o Congresso Nacional nem a opinião pública desde 1966. Já estamos em 1988, são 24 anos de decretos-leis.

Ultimamente a velocidade de mudança da política econômica tem sido acelerada, o que significa que nós conseguimos nos últimos 3 anos de transição dar um giro de 360 graus à política de estabilização e voltar ao ponto de partida, uma política ortodoxa de combate à inflação.

Foram tentados vários choques e fracassaram; várias mini-reformas fiscais não foram ao fundo da questão, a concentração da riqueza e da renda; uma parada no pagamento da dívida externa que saiu atrasada e logo foi interrompida. Continuamos sem um pacto que permita uma negociação política mínima de consenso para formular um projeto alternativo do que existia e que não vai levar mais a lugar nenhum.

Gastamos três anos tentando todos os tipos de política

econômica sem conseguir romper a crise financeira do Estado nem o antigo pacto das elites conservadoras, portanto sem atacar de forma duradoura a inflação. A situação é de tal instabilidade que, dando uma de humor negro, se os atuais ministros da área econômica caírem, o Presidente vai ter que colocar um anúncio no jornal porque ninguém vai aceitar ser Ministro da Fazenda nesta situação.

O último decreto estabilizador teve praticamente a unanimidade dos economistas contra ele, como ocorrerá seguramente com o próximo pacote qualquer que seja a natureza das medidas.

Na verdade, as políticas de estabilização continuarão fracassando enquanto a sociedade não puder alcançar um consenso mínimo sobre quais são realmente as prioridades, quem paga a conta da inflação, como se acaba com ela e se retoma o crescimento. As elites econômicas e políticas do país, ao concluir que não conseguem fazer esse acordo mínimo, decidem, como sempre, que a conta será paga pelos assalariados, pelo setor produtivo e os setores sociais do Estado, pelos governos estaduais e municipais, mas em nenhum caso por qualquer setor das elites dominantes. Não será retirado o subsídio às exportações e ao crédito rural, as múltiplas isenções fiscais, nem os estímulos à valorização fictícia da riqueza privada.

Vale dizer, o Estado em crise gravíssima não consegue retirar de dentro de si mesmo o poder de autofavorecimento das velhas e das novas elites. Há sim, desta vez, a intenção de eventualmente penalizar os servidores públicos de qualquer natureza, do poder executivo ao legislativo e judiciário. Mas, apesar da fúria da opinião pública contra o Estado, as medidas não andam e não atingem o alvo. As únicas elites que talvez venham a ser atingidas serão as da comunidade científica e universitária que sempre incomodaram os governos do regime autoritário. Talvez o Estado venha a descobrir que não vale a pena pagar para ser criticado. A propósito, convém lembrar que o regime autoritário, sobretudo no período Veloso-Geisel, pagou à universidade e aos centros de pesquisa, nos quais se refugiou a elite crítica não exilada ou retornada do exílio, para criticá-lo. Isto é uma coisa insólita na América Latina. Isto serve para mostrar a complexidade da sociedade brasileira. É um país insólito.

No momento, está se tornando absolutamente normal aceitar o padrão norte-americano de liberalismo econômico, de "lobbismo", e pressões segmentadas sobre o executivo e o legislativo. Pela primeira vez a natureza do Estado está ficando transparente. Eu cheguei ao Brasil em 1954 e é a primeira vez que as coisas estão ficando transparentes, até porque uma ditadura militar desenvolvimentista tornava a sociedade opaca e o pacto de poder, oculto.

As elites intelectuais ficavam tão freneticamente numa posição por cima, ou à margem da sociedade, que não viam por trás das aparências do regime militar. Aí você tira os militares e olha: esta é a sociedade que nós temos e não a que nós imaginávamos. E isto todo mundo está vendo. É inescapável ver o caráter ambíguo, o parasitismo, a canalhice, as meias-verdades. Mas é também visível como todos os sonhos da elite intelectual que resistiu na década de 70 não estão em lugar nenhum.

Tão pouco os esquemas analíticos de "enquadramento" e divisão de poder parecem funcionar. É difícil visualizar hoje a combinação dos esquemas tripartite de poder que sempre pareceram funcionar na sociedade brasileira. Uma indústria cultural privada por um lado, um Estado protegendo a ciência e cultura por outro, e muita autonomia e muitos alternativos. Tudo convivendo numa boa.

Uma indústria privada dinâmica, uma indústria estatal dinâmica e muitos empresários menores ou alternativos. Tudo convivendo numa ótima.

A idéia antropofágica, generosa, surrealista, charmosa do Brasil, está inteiramente em decadência, no momento presente. Se alguém se atrever a dizer a alguém que o país é interessante antropofágico, provavelmente enfrentará uma reação de rai-va. As pessoas não estão achando a menor graça no caráter atual da antropofagia brasileira.

Para terminar, eu quero me valer de uma gíria universitária que diz o seguinte: as pessoas caíram na real. Cair na realidade brasileira é aceitar que há permanências visíveis. O autoritarismo está lá, inclusive dentro de nós mesmos. Estão lá o atraso e a modernidade, porém não estão mais convivendo bonito. Está lá o potencial de desenvolvimento mas não se sabe para



onde. O que se sabe é que as pessoas estão cansadas de esperar o futuro e o presente está muito duro.

Está lá e isso, sim, é novo: o encilhamento financeiro radical do setor público. Mas desta vez, e isto também é novo, não poderá ser resolvido apenas às custas dos de baixo, como na política econômica do regime autoritário.

Não há pacto liberal-conservador que dê jeito no Brasil, razão pela qual não há nenhuma proposta séria nesta direção. Há uma proposta de privatização que supõe, como sempre: privatizemos os lucros e continuemos socializando os prejuízos. Em nenhum caso queremos que o Estado intervenha, dizem os liberais, mas queremos que ele assegure os nossos privilégios. Cada segmento empresarial quer que os demais não sejam protegidos, mas ele sim. Isto é evidente, está se tornando um escárnio e é transparente. As pessoas estão vendo.

Há hoje um profundo desencantamento com o Estado. Não apenas do lado do setor empresarial, que está mistificando, dizendo que não quer o Estado, mas que na verdade quer ser protegido. O desencanto mais profundo vem do lado do povo, pela primeira vez nos últimos 30 anos.

Há evidências de alto grau de organização social em vários níveis, do corporativo ao da sobrevivência nas comunidades de base, além das evidências de que há sindicatos modernos e se estão formando novas organizações políticas. Sim, claro, isto há, tudo segmentado, mas está tudo presente.

As outras evidências são de que há populações inteiras na miséria que pela primeira vez descartam a idéia de que o Estado possa ajudá-las. Há uma noção de desamparo, de voltar as costas e lutar sozinho pela sobrevivência.

Isto é rigorosamente novo, do meu ponto de vista. Porque todas as formas de sobrevivência no Brasil passavam por alguma forma de paternalismo das elites ou de inserção protetora junto a algum segmento especial do Estado.

No momento, as elites estão por baixo em relação ao povo. O povo não tende a acreditar em nenhuma elite, o que pode ser um avanço, ou não. Há uma desorganização política formal sem precedentes. É uma dita blanda, não uma ditadura. Tem autoritarismo, mas não tem ditadura. Porém há embriões de organização democráti-

ca, há maior transparência nas estruturas de poder, embora talvez maior confusão na ideologia.

É impossível hoje, apesar do blá-blá-blá reinante na mass-mídia, convencer praticamente a 80 ou 90% da população de qualquer projeto ideológico que passe pela cabeça das elites. Qualquer.

Há uma extensão, sem precedentes, do parasitismo sobre o Estado que é absolutamente universal e geral. E isto é transparente. A gente não via, agora se vê. Estão todos lá, todo o atraso nordestino, todo o atraso do sul, toda a modernidade, dos grandes aos pequenos, e isto é transparente.

Os mercados informais de trabalho crescem. O mercado formal não cresce e não há evidências de que possa crescer até passado o fim da década ou quem sabe o fim do século.

Finalmente, aumenta a pressão do trabalho feminino que apareceu na década de 70 com uma demanda gigantesca. Assim, apesar da queda da taxa de crescimento da população que já anda em menos de 2% ao ano, haverá até o fim do século um crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. A demanda por emprego das mulheres deve crescer a 3.5% ao ano até o começo do século XXI, o que estourará qualquer mercado formal de trabalho possível.

Para resumir e finalizar. A transformação pela qual a sociedade brasileira está passando requer um tipo de reorganização global impossível de prever. O pensamento econômico e político convencional, já seja ele liberal, intervencionista ou socialista, de cores ufanistas ou pessimistas, não consegue dar conta das transformações em curso. Os efeitos negativos dessa transformação são dramaticamente visíveis. Os efeitos positivos porém são menos visíveis. Mais do que isso: não se conseguem hipóteses razoáveis, nem existe hegemonia suficiente que conduzam à visão de que amanhã, na próxima década, até o fim do século, estejamos todos bem vestidos, bem educados, limpos e, sobretudo, comendo. Seria uma farsa declarar isso. Ninguém acreditaria.

No entanto, no auge do caos, da confusão, do ceticismo, parecem todos acreditar, pela primeira vez, que estamos efetivamente condenados a cair numa democracia. Este é a meu ver o esgotamento mais radical do modelo de Estado autoritário. Então concluiremos que há esperança. E pur, si muove...

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1989

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Nº de  
páginas

183. TAUILÉ, José Ricardo. Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: Perspectivas Brasileiras. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 183). 47
184. LIMA, Fernando Carlos G.de Cerqueira; GOMES, Maria Célia. Sistema Financeiro da Habitação: Limites de Expansão de um Sistema Especializado. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 184) 65
185. FERRAZ, João Carlos. A Heterogeneidade Tecnológica da Indústria Brasileira: Perspectivas e Implicações para Política. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 185). 34
186. TIGRE, Paulo Bastos. How Does Latin America Fit Into High Technology?. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 186) 16
187. RUSH, Howard J. Manufacturing Strategies and Government Policies. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 187) 19
188. MAGALHÃES, Paulo; SILVEIRA, Caio Márcio L.P. da; MAGALHÃES, Maria Alice E. Programas Governamentais de Autoconstrução no Brasil: Um Estudo Comparativo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 188) 43
189. PENA, Maria Valéria Junho. O Estado das Informações Sobre a Mulher no Brasil - uma avaliação. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 189) 49
190. TAVARES, Maria da Conceição. A Política Econômica do Autoritarismo. IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989. (Discussão, 190) 15

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA		

**ATENÇÃO**  
Este livro só pode ser devolvido na última data carimbada.

SB-018-00